



ATA N.º 6/2017

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 26 DE JUNHO DE 2017

-----No dia 26 de junho de 2017, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de junho, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação de proposta de adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) - associação de direito privado;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes urbanos na área do Município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação do ponto de situação relativo ao Protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Lagos e o Grupo SONAE Capital.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 51 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta



Fl. 75v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	José Manuel da Silva Jácome
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
INDEPENDENTE	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	António Marreiros Gonçalves	Sessão Ordinária de junho	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	1 dia	José Manuel da Silva Jácome

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, aos seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)



-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	REUNIÃO
LCF	Mário Augusto da Assunção de Pereira	2/05/2017

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----**ATA DE REUNIÃO ANTERIOR:** Dispensada a leitura, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foi pelo Plenário apreciada a seguinte Ata:

-----Ata n.º 1/2016 da Sessão Ordinária de fevereiro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de fevereiro de 2016.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 1/2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 48/AM/2017:**

-----**Aprovada,** por unanimidade, a Ata n.º 1/2016 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de fevereiro de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro



Fl. 76v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

LCF	José Manuel da Silva Jácome
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entraram na sala os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.53
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	20.53

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 163/2017 a 236/2017, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 131/2017 a 190/2017, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal LCF: “Os últimos acontecimentos em Pedrogão Grande e Góis cujo fogo começou em Escalos Fundeiros, e alastrou depois a Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, no Distrito de Leiria, tendo desde então, as chamas chegado aos Distritos de Castelo Branco, através do Concelho da Sertã, e de Coimbra, pela Pampilhosa da Serra, provocaram 64 mortos e mais de 200 feridos, consumindo cerca de 30 000 hectares de floresta, de acordo com dados do Sistema Europeu de Informação de Incêndios Florestais. Anualmente, ciclicamente, catástrofes deste âmbito vão provocando vítimas humanas e ambientais, só que esta não foi apenas mais uma catástrofe com menor gravidade, esta foi uma catástrofe com foros dantescos calamitosos em que as chamas, tal polvo enfurecido, tomou conta do espaço abandonado aos já velhos discursos, tomadas de posição e afirmações de mudança os quais não encontram concretização prática. Esperamos que, desta feita, o desastre não tenha sido em vão! 64 vítimas mortais, mais de 200 feridos, um prejuízo económico enorme, sendo que para alguns foi o desmoronar de uma vida de sacrifício, a queda de um sonho de uma vida mais tranquila no limiar da existência ou simplesmente o esfumaçar de uma vida futura. A intervenção de todos os que participaram de alguma forma no teatro de operações tendo alguns, inclusive, pago com a vida a sua disponibilidade na defesa da causa pública, alheando-se das suas vidas e entes queridos merecem os mais respeitosos elogios e agradecimentos. Nestes momentos de pesar e dor, com as emoções ao rubro, as palavras perdem o sentido e o conforto que pretendemos oferecer, pelo que, numa breve nota, a Assembleia Municipal de Lagos reunida em Sessão Ordinária, lamenta o



desaparecimento dos que sucumbiram nas chamas, apresenta condolências às famílias enlutadas das vítimas, as rápidas melhoras para os civis e bombeiros feridos e a manifestação de gratidão e confiança para todos os elementos que se empenharam nas tarefas nos vários teatros de operações. 1 minuto de silêncio em honra da vítimas mortais.”-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) solicitou ao Grupo Municipal LCF a substituição da palavra “esfumaçar” e a inclusão de uma referência à presença dos Bombeiros Voluntários de Lagos no incêndio em causa.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), sugeriu que a palavra “esfumaçar” fosse substituída por “destroçar”.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) informou que a Delegação da Cruz Vermelha de Lagos, também esteve presente no incêndio, mas não carecia que tal ficasse registado no documento em apreciação.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que diversos agentes da proteção civil tiveram participação nas operações.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que independentemente do conteúdo do texto a apresentar, o importante, na sua opinião, seria de sublinhar que todos os agentes da proteção civil e de socorro empenharam-se fortemente, no sentido de minimizar a catástrofe que foi o incêndio que se iniciou em Pedrogão Grande. Disse que, infelizmente, a catástrofe não tinha sido evitada derivada a um conjunto de circunstâncias que se têm vindo a arrastar ao longo do tempo, pondo em causa a credibilidade das instituições e da política, facto que lamenta. Terminou anunciando o seu voto a favor no documento apresentado pelo Grupo Municipal LCF.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o que estava em causa era um Voto de Pesar pela grande tragédia que aconteceu.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que o que aconteceu tinha sido uma grande tragédia, sendo que todos se envolveram no sentido de minimizar a tragédia.-----

-----Posto isto, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 49/AM/2017:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal LCF: “Os últimos acontecimentos em Pedrogão Grande e Góis cujo fogo começou em Escalos Fundeiros, e alastrou depois a Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, no Distrito de Leiria, tendo desde então, as chamas chegado aos Distritos de Castelo Branco, através do Concelho da Sertã, e de Coimbra, pela Pampilhosa da Serra, provocaram 64 mortos e mais de 200 feridos, consumindo cerca de 30 000 hectares de floresta, de acordo com dados do Sistema Europeu de Informação de Incêndios Florestais. Anualmente, ciclicamente, catástrofes deste âmbito vão provocando vítimas humanas e ambientais, só que esta não foi apenas mais uma catástrofe com menor gravidade, esta foi uma catástrofe com foros dantescos calamitosos em que as chamas, tal polvo enfurecido, tomou conta do espaço abandonado aos já velhos discursos, tomadas de posição e afirmações de mudança os quais não encontram concretização prática. Esperamos que, desta feita, o desastre não tenha sido em vão! 64 vítimas mortais, mais de 200 feridos, um prejuízo económico enorme, sendo que para alguns foi o desmoronar de uma vida



Fl. 77v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

de sacrifício, a queda de um sonho de uma vida mais tranquila no limiar da existência ou simplesmente o destroçar de uma vida futura. A intervenção de todos os que participaram de alguma forma no teatro de operações tendo alguns, inclusive, pago com a vida a sua disponibilidade na defesa da causa pública, alheando-se das suas vidas e entes queridos merecem os mais respeitosos elogios e agradecimentos. Nestes momentos de pesar e dor, com as emoções ao rubro, as palavras perdem o sentido e o conforto que pretendemos oferecer, pelo que, numa breve nota, a Assembleia Municipal de Lagos reunida em Sessão Ordinária, lamenta o desaparecimento dos que sucumbiram nas chamas, apresenta condolências às famílias enlutadas das vítimas, as rápidas melhoras para os civis e bombeiros feridos e a manifestação de gratidão e confiança para todos os elementos que se empenharam nas tarefas nos vários teatros de operações. 1 minuto de silêncio em honra das vítimas mortais. 1 - Endereçar a manifestação de pesar aos municípios afetados. 2 - Informar a comunicação social.”-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória das vitimas mortais.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal Independente: “Não é por ser contestatário do Acordo Ortográfico de 1990, e, como tal, nos escritos pessoais ou de opinião usar a “ortografia antiga”, que o membro do Grupo Independente da AM apresenta este documento para apreciação e votação dos membros da AM, no Período de Antes da Ordem do Dia. Dado que não foi possível coligir todo os Pareceres que se encontram no site da Assembleia da República (Comissões Parlamentares - 12 CCCJD - Grupos de Trabalho - Avaliação do Impacto da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990), assumo a posição do Professor António Emiliano [FCSH|UNL], transmitida a 31 de maio de 2017 à Comissão 12.^a - CCCJD da Assembleia da República: “Aos membros da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da Assembleia da República. Senhores Deputados, em resposta ao pedido/convite recebido no dia 24/04/2017, anexo o depoimento que enviei em 29 de abril de 2013 à Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Dado que em 2013 não obtive qualquer resposta ao mail enviado, parto do princípio de que o mesmo se extraviou ou não foi considerado. O mesmo mail contém aquilo que se me oferece dizer sobre a aplicação ilegal da reforma ortográfica ‘Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)’ (AO90), que é, note-se, o anexo I do tratado internacional Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Resta-me resumir a minha posição sobre a aplicação do AO90 no nosso País, fundada na análise do AO90 e na observação da situação ortográfica atual dos vários Países de língua portuguesa da CPLP, sob a forma de duas recomendações simples: 1. O AO90 deve ser - a bem da Nação e do desenvolvimento e progresso do nosso povo - suspenso sem qualquer reserva e sem possibilidade de revisão. É uma péssima reforma ortográfica, que tem como mirífico objetivo a unificação ortográfica da “lusofonia” e que, na realidade, contribui de forma clamorosa, para a acentuação da fragmentação ortográfica da mesma. É uma reforma ortográfica feita sem qualquer transparência no final dos anos 80 do século passado sem os necessários estudos prévios, sem bases científicas



e sem a indispensável discussão pública, mormente no seio das várias comunidades científicas e culturais envolvidas mais diretamente na codificação e regulação linguísticas, no ensino da Língua e da Gramática, no uso qualificado da língua padrão em contexto administrativo, técnico e literário. O AO90 é, ademais, um anexo dum tratado cujo clausulado nunca foi cumprido e que, por essa razão, não pode estar em vigor em nenhum País da CPLP. 2. A atual ortografia nacional - resultante da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1943 (legiferada em 1945) que atingia a unificação da ortografia a 100% e que foi ratificada e posteriormente rejeitada pela República Federativa do Brasil - pode e deve ser melhorada com os cuidados devidos que merece a reforma da ortografia duma língua de cultura e de civilização altamente textualizada. Esses cuidados incluem parcimónia nas alterações a introduzir, com levantamento prévio e exaustivo de problemas, realização de estudos de incidência vocabular e de impacto social e cultural das soluções propostas (realizados por entidades e indivíduos idóneos não dependentes de, ou associadas a qualquer agenda política) e a mais completa transparência. Tal transparência só se pode alcançar, por um lado, através de discussão pública e de realização de consultas de entidades e especialistas e, por outro lado, pela divulgação dos resultados obtidos nos estudos e consultas prévios e dos anteprojetos da reforma. NINGUÉM SABE que estudos foram feitos (nem por quem, quando, como e onde) para a elaboração das reformas de 1986 e 1990 de má memória: a reforma da ortografia nacional de 1945 - a qual, Senhores Deputados, nunca deixou de estar em vigor - tem de se conduzida de forma séria, digna e rigorosa, i.e., de forma adequada a uma velha nação europeia soberana, aberta e desenvolvida, sem complexos pós-coloniais ou ambições neoimperiais e sem qualquer sujeição a pressões externas (da CPLP, do Brasil, de Angola, ou de quem quer que seja). Finalmente, convém que nos recordemos de que TODOS os pareceres sobre o AO90 que foram solicitados pelo Instituto Camões a diversas entidades públicas e privadas (aquando da assinatura do Acordo do 2.º Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 2004) eram contra a aplicação do mesmo, com a exceção notável do parecer da Academia das Ciências de Lisboa, redigido e assinado por um dos autores do AO90 (!). Todos esses pareceres negativos, divulgados em 2008 por iniciativa parlamentar, foram ignorados inexplicável e inqualificavelmente pelos decisores políticos. Escrevi algures que «a elaboração, aprovação e aplicação do Acordo Ortográfico é um escândalo nacional. Um verdadeiro case study sobre a falta de transparência e democraticidade com que dossiers da Cultura, da Educação e da Ciência são sistematicamente tratados em Portugal.» (Semanário Económico, 16/05/2009). Naturalmente, mantenho. Sem outro assunto, espero que em 2017 este contributo - que se estriba apenas no desejo de progresso cultural do povo português - receba melhor acolhimento do que em 2013; ou seja, espero que o recebimento do mesmo contributo seja, desta vez, devidamente acusado e registado pelos Serviços da A.R. e pela própria 12.ª Comissão. Como sintetizou brilhantemente o distinto e saudosíssimo SENHOR DR. VASCO DA GRAÇA MOURA, “enquanto há língua há esperança”. Atentamente, António Emiliano Professor de Linguística Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa”. Caros Membros da Assembleia



Fl. 78v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal de Lagos, Solicito ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que ponha à votação o apoio, ou não apoio, à suspensão do Acordo Ortográfico 1990 e, caso o apoio seja aprovado, que a votação da Assembleia Municipal de Lagos seja transmitida à Assembleia da República e à respetiva Comissão.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a respetiva apresentação do assunto.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) disse que o acordo ortográfico era um acordo internacional, celebrado no âmbito da CPLP e sujeito a ratificação pelos respetivos países. Referiu que a língua portuguesa tinha sofrido muitas alterações ao longo dos séculos. Disse que Portugal já tinha ratificado o acordo, pelo que não lhe parecia que fizesse sentido suspender o acordo em causa, até porque tinha dado entrada uma Petição na Assembleia da República, nesse sentido, no entanto a mesma não teve seguimento. Tendo em consideração as palavras proferidas, anunciou o seu voto contra no documento em apreciação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o assunto vai muito mais além do que tinha sido mencionado pelo Sr. Eduardo Andrade e divide a sociedade portuguesa.-----

-----A Sra. Maria Paula Couto (PS) disse que os Membros do Grupo Municipal do PS tinham opiniões diferentes sobre o assunto, pelo que cada um votava de acordo com a sua opinião.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que o que estava em causa era tomada de uma posição política. Lamentou o facto de a língua inglesa ter, cada vez mais, palavras mais próximas do latim do que a língua portuguesa. Anunciou o voto a favor no documento apresentado pelo Grupo Municipal Independente.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que a documentação que existe na Assembleia da República sobre o assunto, na sua grande maioria, é a favor da suspensão do acordo ortográfico.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que uma língua não podia ser reduzida à ortografia, uma vez que tem muitas variáveis. Referiu que sempre se tinham verificado tentativas, forçadas, de alterar a língua. Disse que existiam coisas muito mais importantes na sociedade para discutir do que o relacionado com o acordo ortográfico. Anunciou o seu voto contra a suspensão do acordo ortográfico.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) começou por recordar que havia alguns anos farmácia escrevia-se com “ph”. Disse que tem havido evolução da língua. Referiu que gostava de votar a favor da Moção em apreciação, se o documento em vez de sugerir a suspensão do acordo ortográfico sugerisse que o mesmo fosse repensado, caso contrário não votava favoravelmente o documento apresentado pelo Grupo Municipal Independente.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que o acordo ortográfico só poderia ser reformulado se fosse suspenso, pelo que não ira fazer alterações ao texto apresentado.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) deu vários exemplos da evolução da língua portuguesa ao longo dos séculos e disse que existia épocas que era dada mais importância à fonética e outras em que era dada mais importância à etimologia.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte



resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	2	1	2	3	1	1	10
ABSTENÇÕES	2	2	1	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	7	2	0	0	0	0	9

-----**DELIBERAÇÃO N.º 50/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal Independente.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: Em abril de 2009, a empresa Estradas de Portugal atribuiu através de um concurso público internacional a subconcessão Algarve Litoral à empresa Rotas do Algarve Litoral, em regime de parceria público-privada. O contrato de subconcessão compreendia a conceção, projeto, demais trabalhos de requalificação, financiamento, exploração e conservação por um período de 30 anos da EN 125 entre Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, incluindo a construção de raiz da variante de Lagos, da variante de S. Lourenço/Troto, da segunda fase da variante de Faro e da variante de Olhão. O contrato de subconcessão incluía ainda a conceção, projeto, construção de raiz, financiamento, exploração e conservação, também por um período de 30 anos, da variante à EN 2 entre S. Brás de Alportel e Faro e à EN 395 entre Guia e Albufeira, além da requalificação de 89 km de estradas de acesso/ligação à EN 125. Previa-se que as obras em toda a extensão da EN 125 estivessem concluídas em 2012, com exceção da variante de Faro e da ligação entre a Via do Infante e S. Brás de Alportel (variante à EN 2), cuja conclusão estava prevista para 2011. Estas obras sofreram atrasos significativos, tendo o anterior Governo PSD/CDS optado, em 2012, por renegociar com a empresa Rotas do Algarve Litoral a redução do objeto do contrato da subconcessão e fazer regressar à esfera de atuação da empresa Estradas de Portugal (posteriormente Infraestruturas de Portugal) um conjunto de estradas que havia integrado inicialmente a subconcessão para efeitos de conservação e manutenção. Em agosto de 2015, o anterior Governo PSD/CDS autorizou a Infraestruturas de Portugal a redefinir o âmbito dos trabalhos integrados no contrato da subconcessão Algarve Litoral, que passou a incluir a requalificação da EN125 entre Vila do Bispo e Olhão, bem como as variantes de Lagos, Faro e S. Lourenço/Troto. De fora da subconcessão fica a EN 125 entre Olhão e Vila Real de Santo António, que passou para a responsabilidade da empresa Infraestruturas de Portugal. A construção das variantes de Odiáxere, Olhão, Luz de Tavira, da variante à EN 2 entre Faro e S. Brás de Alportel e da variante à EN 395 foi adiada sine die. Enquanto decorriam as negociações entre a Estradas de Portugal e a subconcessionária Rotas do Algarve Litoral, o anterior Governo PSD/CDS suspendeu as obras de requalificação da EN 125. Quando finalmente foram retomadas, após três longos anos, as obras avançaram com uma lentidão exasperante. Da renegociação do contrato da subconcessão Algarve Litoral não resultou qualquer alteração da taxa interna de rentabilidade da subconcessionária



Fl. 79v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Rotas do Algarve Litoral. O anterior Governo PSD/CDS, optando por não beliscar os interesses da subconcessionária, limitou-se a reduzir os encargos com a subconcessão à custa de uma drástica eliminação de obras inicialmente previstas e da transferência de futuros trabalhos para a empresa Infraestruturas de Portugal, a qual, entretanto, foi esvaziada de meios adequados para tal intervenção. A opção do anterior Governo PSD/CDS de não concretizar importantes obras inicialmente previstas para a EN 125, assim como o atraso na conclusão das obras, penalizou fortemente os utentes, degradou a qualidade de vida das populações cujas povoações são atravessadas por esta estrada, contribuiu para a degradação da imagem do Algarve e o afastamento de muitos turistas e prejudicou gravemente a economia regional. Acresce que a requalificação da EN 125 tinha como objetivo aumentar a segurança rodoviária, reduzindo a sinistralidade em 35%. O cancelamento ou adiamento sine die de obras inicialmente previstas para esta via, incluindo variantes e estradas de acesso/ligação, comprometeu este objetivo. A redução do insuportável sacrifício em vidas humanas resultante do aumento da sinistralidade rodoviária exige que, além da rápida conclusão de todas as obras inicialmente previstas para a EN 125, incluindo as variantes e as estradas de acesso/ligação, se proceda ainda à abolição das portagens na Via do Infante. Em janeiro de 2016, logo após a tomada de posse do atual Governo, o PCP apresentou na Assembleia da República o Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.^a “Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125”, recomendando ao Governo que: Adote as medidas necessárias para que as obras de requalificação da EN 125 abrangidas pelo contrato da subconcessão Algarve Litoral sejam concluídas rapidamente; Incumba a empresa Infraestruturas de Portugal - que deverá ser dotada dos meios adequados - de proceder ao lançamento e rápida conclusão de todas as obras inicialmente previstas para a EN 125, incluindo as variantes e as estradas de acesso/ligação, que não estão abrangidas pela subconcessão Algarve Litoral; Proceda à renegociação do contrato da subconcessão Algarve Litoral, de modo a reduzir a taxa interna de rentabilidade da subconcessionária, garantindo, por essa via, uma diminuição dos encargos do Estado ao longo da vida da subconcessão.” Este Projeto de Resolução do PCP, tendo sido aprovado (por unanimidade no ponto 1 e com o voto contra do PSD e a abstenção do CDS nos pontos 2 e 3), deu origem à Resolução da Assembleia da República n.º 61/2016, de 23 de março, a cuja implementação o Governo se encontra politicamente vinculado. Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de junho de 2017, delibere: 1 - Solicitar ao Governo que envide todos os esforços para a urgente concretização das diversas recomendações constantes da Resolução da Assembleia da República n.º 61/2016 de 23 de março; 2 - Enviar esta Moção ao Governo, Assembleia da República e aos Órgãos da Comunicação Social.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD discordava de alguns considerandos da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, uma vez que criticavam a transferência, realizada pelo Governo PSD-CDS, de uma parte das obras para uma empresa pública, e não mencionam o que de mau fez o anterior Governo do PS.-----



-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse que o PS era a favor do término das obras no mais curto espaço de tempo possível, no entanto o Grupo Municipal do PS considerava que a apresentação da Moção em apreciação, era extemporânea, pois parecia que a obra no Concelho de Lagos, estava praticamente concluída, no entanto anunciou o voto favorável do Grupo Municipal do PS na Moção em causa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a EN125 não acabava no Odiáxere, mas sim em Vila Real de Santo António, não se sabendo quando seria iniciada a obra de requalificação no Sotavento do Algarve.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que o que estava em causa era a parte final da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e nisso ia votar a favor.--

-----O Sr. José Santos (BE) disse que depois da obra de requalificação da EN125 estar concluída poder-se-ia mudar o nome de “Estrada Nacional” para “Rua”. Referiu que com a queda do BES, muitas PPP’s foram parar às mãos do Governo, pelo que questionou quantas dessas PPP’s já tinham acabado.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) anunciou que o Grupo Municipal do PSD votava com a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, porque estavam a votar todo o texto e não apenas a parte deliberativa do documento.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	0	3	3	1	1	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 51/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que o Hospital de Lagos desempenha um papel indispensável no suporte às populações dos Concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, em especial, mas também aos muitos milhares de visitantes das Terras do Infante. Conhecendo desde há longos anos as condicionantes insuperáveis à melhoria das instalações em que funciona atualmente o Hospital de Lagos, nomeadamente a sua localização, e a imperiosa necessidade de acompanhar os níveis de qualidade dos restantes hospitais da região, de modo a proporcionar aos utentes nacionais e estrangeiros condições de conforto e qualidade de atendimento comparáveis. Considerando a justeza de anos de luta e de persistência das populações, dos autarcas dos Concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo e dos trabalhadores do Hospital de Lagos pela sua realocação. Que é de longe o mais consensual da vida política da cidade de Lagos e das Terras do Infante. Neste ano de 2017 perfaz quinze anos sobre a realização de um Seminário sob o lema «Hospital de Lagos que Futuro» promovido pela Assembleia Municipal de Lagos. Outro momento importante na luta pela realocação do nosso Hospital registou-se entre os anos 2008 a 2010 aquando do processo que levou à aprovação por parte da Ministra da Saúde do estudo, do projeto, e da decisão de construir um



Fl. 80v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

novo Hospital para Lagos. Por considerarmos que não podemos desistir de lutar pela realocação do Hospital de Lagos, mais uma vez, esta Assembleia deveria tomar uma posição sobre a urgência da construção de um novo Hospital para Lagos. Face ao exposto e considerando que este é o tempo de preparação, por parte do Governo do Orçamento de Estado para 2018, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de junho de 2017 delibere: 1 - Exigir do Governo a inclusão no OE de 2018 da construção do novo Hospital de Lagos. 2 - Recomendar às Câmaras Municipais das Terras do Infante, às Assembleias Municipais de Aljezur e Vila do Bispo e às demais autarquias dos três Concelhos a solidariedade com esta tomada de posição. 3 - Enviar esta proposta à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a apresentação do documento e do assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD concordava com a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Referiu que o problema continua por resolver porque, infelizmente, a governação do PSD da Câmara Municipal, tinha sido interrompida em 2001, quando já havia uma solução para a realocação do Hospital de Lagos, com uma parceria público-privada.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) perguntou se existia algum Plano Hospitalar do Algarve a ser debatido pelo atual Governo e se, caso existisse, se a construção de um novo Hospital em Lagos estava contemplada nesse Plano.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que a realocação do Hospital de Lagos era essencial, sendo que se as atuais instalações do Hospital fossem utilizadas com fins turísticos, pagaria a construção do novo Hospital. Referiu que a atual localização não serve as populações dos Concelhos da Terras do Infante e se acontecer uma catástrofe natural, ainda muito menos servirá.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Plano Hospitalar do Algarve tinha sido discutido e colocado na gaveta.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) perguntou se algum Plano Hospitalar para o Algarve contemplava a realocação do Hospital de Lagos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Plano Hospitalar existia e contemplava a realocação do Hospital de Lagos, mas desde 2004 que ninguém houve falar do referido Plano.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 52/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Nas últimas décadas, a agricultura e a pecuária perderam importância no Algarve, fruto de um errado modelo de desenvolvimento regional que apostou quase exclusivamente no turismo. Urge inverter esta situação, recuperando as atividades agropecuárias e valorizando o mundo rural. A recuperação do sector pecuário, que conheceu um acentuado declínio, quer no número de explorações, quer no número de animais, exige que os



produtores disponham de um matadouro na região algarvia. Em julho de 2007, o único matadouro existente no Algarve - o Matadouro Regional do Algarve, localizado no Concelho de Loulé - foi encerrado pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, devido ao incumprimento das condições de higiene mínimas, não mais reabrindo. Posteriormente, a Direção Geral de Veterinária retirou este matadouro da lista de estabelecimentos de abate aprovados. Desta forma, os produtores de carne algarvios ficaram privados de uma infraestrutura essencial para a sua atividade, vendo-se obrigados a recorrer a matadouros de outras regiões do País para procederem ao abate dos animais. Nessa altura, o matadouro mais próximo situava-se em Beja, impondo custos inoportáveis para os produtores de carne algarvios, já que tinham de transportar os animais vivos até esse matadouro e, dias depois, regressar para recolher as carcaças. A entrada em funcionamento, em 2012, de um matadouro no Litoral Alentejano não alterou esta situação, já que as distâncias a percorrer para realizar o abate dos animais continuaram a ser muito significativas. Perante o impacto extremamente negativo na rentabilidade da atividade pecuária no Algarve, resultante da inexistência de um matadouro na região, o Grupo Parlamentar do PCP questionou, em março de 2012, o então Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre a construção do matadouro público regional do Algarve. Na sua resposta, o Governo informou estar a estudar o assunto “numa perspetiva integradora de desenvolvimento pecuário regional”, comprometendo-se a realizar “ações que permitam a presença de investidores privados ou públicos na solução proposta”. Questionado novamente pelo Grupo Parlamentar do PCP, em janeiro de 2013, o Governo informou que um estudo, de iniciativa privada, indicava que o Matadouro do Litoral Alentejano “tem capacidade para colmatar as necessidades de abate da região onde está implantado e da região do Algarve”. Instado pelo Grupo Parlamentar do PCP, em abril de 2013, a disponibilizar à Assembleia da República o tal estudo de iniciativa privada, o Governo escusou-se a fazê-lo e desresponsabilizou o Estado da construção do Matadouro Regional do Algarve, defendendo que “a iniciativa de instalação de unidades de abate é essencialmente do foro privado, podendo esses agentes livremente ou secundados pelo interesse local, vir a considerar uma nova unidade de abate”. A «iniciativa do foro privado» nunca chegou a aparecer e o Algarve continuou sem matadouro regional, com prejuízo para a economia regional, para os produtores e para os consumidores e com impacto negativo no processo de desertificação e despovoamento do interior serrano algarvio. Entendemos que a dinamização do sector de produção de carne no Algarve não pode estar dependente da iniciativa privada, o Estado deve assumir as suas responsabilidades na dinamização deste sector, dotando o Algarve de um matadouro público regional. No âmbito das Jornadas do PCP no Algarve com Deputados do Parlamento Europeu, realizadas no passado dia 2 de maio, o PCP reuniu no Odiáxere com a ASCAL –Associação de Criadores de Gado do Algarve, que reiterou a necessidade de a região algarvia dispor de um matadouro regional como elemento absolutamente essencial para a recuperação e o desenvolvimento do setor pecuário. Por considerarmos que o Estado não se pode demitir das suas responsabilidades, devendo assegurar que o



Fl. 81v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

Algarve seja dotado desta infraestrutura, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de junho de 2017 delibere: 1 - Recomendar ao Governo que dote o Algarve de um matadouro público regional, infraestrutura essencial para a recuperação e o desenvolvimento do setor pecuário algarvio. 2 - Dar conhecimento ao Governo, à Assembleia da República, à AMAL. À ASCAL e à comunicação social.”-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) perguntou se era sabido o número de animais que eram necessários abater na Região, que justificasse a existência de um matadouro no Algarve.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse não ter em sua posse o número concreto, mas que o podia fazer chegar aos Membros da Assembleia Municipal, no entanto tem ideia de que é um número elevado. Referiu que os custos para matar os animais fora do Algarve eram elevados.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que esta questão era uma questão de fundo, pelo que necessitava de decisões políticas para a resolver. Congratulou o Grupo Municipal da CDU pela apresentação da Moção em apreciação e anunciou o voto a favor na mesma.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que desde de 1990/91 que é contra a construção de um matadouro público no Algarve, no entanto compreendia a posição estatizante da CDU, a qual é diferente da sua, uma vez que defende a iniciativa privada. Referiu que a Terras do Infante chegou a ter prevista a construção de um matadouro, mas, no entanto, o mesmo não avançou. Disse que a população de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo estava envelhecida, pelo que algo era necessário fazer para reverter a situação, no entanto a Moção em apreço nada contribuía para tal.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que a existência de um matadouro no Algarve, poderia contribuir para uma melhor qualidade da carne consumida na Região.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que existem matadouro ambulantes que se deslocam aos produtores para abater os animais.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	0	1	3	1	1	17
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 53/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: Na reunião da Câmara Municipal de 1 de junho de 2016 no decorrer da discussão da proposta apresentada pela senhora Vereadora da CDU Maria Luísa Teixeira, sobre a revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia, a senhora Presidente da Câmara referiu que «O Plano foi publicado no ano de 2007 para vigorar durante 10 anos e que vai ter que entrar em revisão no ano de 2017 para dar cumprimento aos novos



instrumentos de planeamento». No passado dia 11 de junho completaram-se 10 anos sobre a aprovação pela Assembleia Municipal de Lagos do Plano de Urbanização da Meia Praia. Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2007, de 12 de julho, foi ratificado o PU da Meia Praia, publicado em 28 de agosto de 2007, entrando em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Em conformidade com o art.º 95.º do Regulamento do PUMP o Plano de Urbanização da Meia Praia será revisto decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de junho de 2017 delibere recomendar: 1 - Que a Câmara Municipal de Lagos delibere dar início à Revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia. 2 - Integrar nos trabalhos de revisão do PUMP a deliberação n.º 97/AM/21016 de 12 de outubro aprovada por unanimidade, por esta Assembleia, no que respeita à legalização e reabilitação do Bairro 25 de Abril da Meia Praia. 3 - Dar conhecimento à Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril da Meia Praia e à Comunicação Social.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que ter conhecimento de que a Câmara Municipal estava a ponderar o assunto da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, pelo que solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o assunto tem sido falado na Câmara Municipal, existindo a intenção de ser iniciada a revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia, no entanto até ao final do mandato a mesma não iria ser iniciada. Referiu que a Câmara Municipal tem intervindo no Bairro 25 de Abril.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que ia votar contra a Recomendação em apreciação, uma vez que não concordava com a revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia com a intenção de legalizar o Bairro 25 de Abril que já não tinha nenhuma característica com o que tinha sido inicialmente aprovado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que da última vez que o assunto tinha sido trazido à Assembleia Municipal, o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade. Referiu que o que falta é a Câmara Municipal tomar a decisão de avançar com a revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a anterior proposta sobre o assunto era no sentido da revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia e não com o intuito de legalizar o Bairro 25 de Abril.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o referido pelo Sr. José Valentim, não correspondia à verdade.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que existia a necessidade de cumprir a Lei e ser feita uma revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia e nessa revisão tem que ser dada uma solução, definitiva, ao Bairro 25 de Abril, pelo que anunciou o voto a favor na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:



Fl. 82v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	4	0	3	1	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	1	0	0	0	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 54/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Santos (BE): “O que eu prevejo de futuro para este Bairro 25 de Abril deve ser o 17.º e o 18.º buraco do golfe de Palmares, é o que eu prevejo.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “Votei contra por discordar que se tivesse mencionado, especificamente, que era para a legalização do Bairro 25 de Abril e que tivesse sido omitida a questão do Bairro 1.º de Maio. Acho que há uma situação de critérios muito injustos. Claro que sou favorável a que se faça a revisão do Plano.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando: O estado de degradação em que se encontram as instalações do Posto Territorial de Lagos da GNR. Que há longos anos se verifica o adiamento da transferência para novas instalações condignas, para os militares da GNR e utentes. Considerando que em 10 de abril de 2015, foi assinado um Protocolo entre a Câmara Municipal de Lagos e a GNR, para a reinstalação desta infraestrutura num edifício localizado no Chinicato, propriedade da Autarquia. Que em visita a Lagos da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna em outubro de 2016, a governante comprometeu-se com a conclusão das obras de reabilitação do Edifício Multifunções no Chinicato até julho de 2017. Que até à presente data não foi dado início às referidas obras. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de junho de 2017 delibere: Solicitar ao Ministério da Administração Interna informação sobre: 1 - Qual a data prevista para o início das obras. 2 - Qual a data prevista para a transferência definitiva do Posto Territorial de Lagos da GNR para o Edifício Multifunções do Chinicato. 3 - Dar conhecimento desta Proposta à comunicação social.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) solicitou informação à Câmara Municipal sobre o assunto.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o processo em causa tinha sido articulado entre o Ministério da Administração Interna e o Município de Lagos. Referiu que o assunto já devia estar concluído, mas, infelizmente não o estava. Informou que tinha acabado de chegar à Câmara Municipal uma nova proposta de contrato administrativos que estava a ser analisada pelos Serviços, no sentido de ser enviada uma contraproposta com o intuito de fechar o contrato, para que seja possível abrir o respetivo concurso para a obra, de modo a que tudo esteja pronto no início do ano de 2018 para que a GNR passe a ter novas instalações em Lagos.-----



-----O Sr. José Alberto Baptista (IND), tendo em consideração as informações prestadas pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, informou que se iria abster na votação do documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	0	0	3	0	1	15
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	1	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 55/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Voto de Congratulação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No passado dia 14 de junho o Conselho Internacional do Programa MaB (Man & the Biosphere) da UNESCO, reunido em Paris, decidiu atribuir ao Concelho de Castro Verde a distinção de Reserva Mundial da Biosfera. Esta classificação resulta do trabalho desenvolvido ao longo de 30 anos pela Câmara Municipal de Castro Verde, a Associação de Agricultores do Campo Branco e a Liga para a Proteção da Natureza e da candidatura apresentada pelas mesmas entidades que teve por base, como afirmou a Câmara Municipal, “um ecossistema humanizado de alto valor natural, fruto de um trabalho contínuo de há várias décadas”. O Concelho de Castro Verde é o 11.º local com esta classificação em Portugal e o primeiro a sul do Tejo. Este reconhecimento internacional vem valorizar a importância da compatibilização de interesses nos territórios e evidencia a importância da ocupação dos territórios, também como elemento de salvaguarda da biodiversidade. O trabalho, que culminou neste reconhecimento da UNESCO, começou a ser desenvolvido a partir da resistência à plantação massiva de eucaliptos que se pretendia instalar na estepe cerealífera daquele Concelho e do apoio ao desenvolvimento de práticas agrícolas compatíveis com a preservação de recursos naturais com especial relevância para a biodiversidade. A Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de junho de 2017 congratula-se com esta decisão e saúda o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Castro Verde, a Associação de Agricultores do Campo Branco e a Liga para a Proteção da Natureza e também as populações do Concelho de Castro Verde, que deste modo prestigiam o seu Concelho, o Alentejo e o nosso País. Enviar este Voto às três entidades referidas e à comunicação social.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do Voto de Congratulação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 56/AM/2017:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 14 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 35



Fl. 83v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia, apresentada pela Mesa: “No seguimento de solicitação da Câmara Municipal, a Mesa propõe a inclusão dos seguintes Pontos na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de junho/2017 da Assembleia Municipal de Lagos: - Ponto 5 - Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidados do ano 2015; - Ponto 6 - Apreciação e votação da proposta de aditamento aos acordos de execução celebrados entre o Município de Lagos e as Freguesias do Concelho.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Proposta de Alteração.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 57/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Alteração à Ordem do Dia, apresentada pela Mesa.-----

-----Seguidamente, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 58/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-591-18.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou informação relativamente à obra de requalificação da estrada para a Praia da Luz e sobre um espaço vedado na zona da Rocha Negra. Pergunto em que ponto estava a revisão da Carta Educativa. Relativamente à prorrogação, por mais cinco anos, do estatuto de Lagos como Município da União Europeia livre de cultivo de milho geneticamente modificado, pergunto que diligências tinham sido feitas pela Câmara Municipal, no sentido de prorrogar este estatuto, uma vez que 2017 era o ano para prorrogar o mesmo por mais cinco anos.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que a concessão da Praia da Luz estava enorme, deixando pouco espaço de areal para quem não quer usar a parte concessionada, pelo que perguntou se era normal esta situação. Solicitou informação relativamente às ideias vencedoras do Orçamento Participativo nos anos de 2016/2017. Perguntou quantos pedidos para habitação estavam registados na Câmara Municipal. Disse que um Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do BE em dezembro de 2016, à Câmara Municipal, ainda não tinha obtido resposta.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse estar prevista uma empreitada para estabilização de pontões, limpeza de ribeira e reparação de caminhos em Odiáxere, no entanto a União de Freguesias de Bensafirim e Barão de São João também carecia de uma empreitada do género. Perguntou se a intervenção que estava a ser feita



junto ao Mercado Municipal de Bensafrim era da responsabilidade da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia e se a mesma estava em conformidade com o Plano de Pormenor de Bensafrim.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) solicitou informação relativamente à segunda fase dos melhoramentos dos arruamentos de Bensafrim e Barão de São João. Disse que a intervenção que estava a decorrer junto ao Mercado Municipal de Bensafrim era da responsabilidade da Junta de Freguesia tendo como objetivo o embelezamento do espaço.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse existir um número significativo de reclamações, feitas junto da Câmara Municipal, relacionadas com o ambiente, espaço e equipamentos. Referiu que a forma como a recolha dos resíduos urbanos é feita é caótica, o que não é bom para a imagem do Concelho. Disse que o estado em que se encontravam as rotundas e áreas públicas, também não era o melhor. Referiu que as receitas totais da Câmara apresentavam um crescimento de 4,8%, tendo chegado em maio, à metade do valor previsto arrecadar em 2017. Disse que as despesas em geral cresceram em igual valor à das receitas. Referiu que o saldo do exercício atingiu um valor alto à custa do IMT, refletindo a grande atividade imobiliária que se verificava. Disse que a bolha vivida criava uma folga financeira que permitia resolver algumas situações preocupantes da cidade, como ruas e estradas que necessitam de ser reparadas, assim como limpeza de vegetação. Perguntou que planos tinha a Câmara Municipal para resolver as situações mencionadas. Disse que o parque de estacionamento da Escola das Naus, tinha sido repavimentado para ser palco do Campeonato da Europa de Patinagem de Velocidade, ou seja, tinha sido feito um investimento numa estrutura que não tinha condições para receber público, nem para os atletas, pelo que perguntou porque razão não tinha sido utilizada a pista da Escola Secundária Júlio Dantas para todas as provas do campeonato. Referiu que o grande incêndio de Pedrogão Grande não tinha deixado ninguém indiferente, tendo o mesmo relançado os problemas de segurança contra incêndios em muitas zonas do País. Referiu que a Mata de Barão de São João é uma preocupação para todos, pelo que perguntou que medidas estavam a ser tomadas pela Câmara Municipal, em conjunto com outras entidades responsáveis, no que aos acessos, limpeza e outros processos de prevenção, dizia respeito, no sentido de minimizar os riscos de incêndio e se em caso de incêndio existiam planos de prevenção para proteção de pessoas e bens.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que tinha verificado uma nova vedação no terreno existente entre a praia do Camilo e a praia da D. Ana, pelo que questionou se o mesmo estava autorizado.-----

-----Ana Margarida Martins (LCF) (2.ª Secretária) perguntou que mecanismos de monitorização que existem na região, relativamente à Serra de Monchique e à Mata de Barão de São João, no sentido de prevenir situações idênticas às verificadas no incêndio de Pedrogão Grande. Perguntou como era feita a monitorização das bocas-de-incêndio existentes no Concelho. Disse que verificava a existência de baratas pelas ruas da cidade, pelo que solicitou informação sobre desinfestações na cidade.



Fl. 84v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Perguntou que reforço policiais e de agentes de saúde estavam previstos para o Concelho, para a época alta. Disse que a Estrada Nacional 125 é conhecida como a estrada da morte, pelo que perguntou onde estava a vontade política para mudar este paradigma.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) perguntou se havia desenvolvimentos relacionados com o Hotel Golfinho, o Hotel São Cristóvão e as Torres da Ponta da Piedade. Solicitou o ponto de situação relativamente à obra da Escola Sofia de Mello Breyner. Perguntou se estava assegurado o serviço relacionado com a recolha de RSU's e recicláveis, durante o período de Verão. Perguntou qual o valor da obra que irá iniciar-se depois do Verão no Bairro Operário e quais as ruas que iam ser intervencionadas no âmbito da empreitada relacionada com estrutura viária municipal – pavimentação de arruamentos. Solicitou ainda informações sobre o Programa Viver o Verão.-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) disse que os números relacionados com a ação social e com a habitação social, tinha tido um aumento significativo, o que revelava o aumento de procura de habitação social no Concelho. Perguntou o que estava na base do aumento em duzentos por cento nos atendimentos psicológicos. Disse que no início da época balnear tinha verificado um deficit de caixotes de lixo na Meia Praia, pelo que perguntou se a situação já estaria regularizada. Referiu que o parque de estacionamento conhecido como do Raminhos, carece de uma intervenção a nível do piso.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente e membros da Mesa da AM, Sra. Presidente da Câmara e ilustres Vereadores da CM, Caros Companheiros da AM. Não queria, hoje, Sr. Vice-Presidente, em representação da Sra. Presidente, debruçar-me sobre a parte política da sua informação. A noite já vai com muitas questões, pelo que a tónica da nossa intervenção será posta em áreas funcionais da Informação da Sra. Presidente. É verdade que na maioria das vezes batemos na tecla política do texto; hoje, se me permite, iremos fazer uma visita técnica, administrativa e operativa à sua Informação, em homenagem a todos os que nela participam e nela tecem a tapeçaria política da atual gestão municipal. A arquitetura que adotou no documento, com boas melhorias introduzidas, manteve o projeto inicial: capitulou os serviços municipais, recolhendo deles o principal da atividade municipal. Assim, deixando hoje de lado a sua Nota Introdutória – esperamos dedicar-lhe o tempo merecido na sessão de Setembro -, bem como os Destaques - sempre bem cuidados em realçar o essencial que a comunicação social diz da atividade municipal- , passaremos a cotejar os capítulos e subcapítulos funcionais, chamando a atenção para aquilo que, muitas vezes, a nossa íris da oposição não conseguiu captar, ou a que não quis dar relevo. Façamos então essa visita guiada, apesar de breve, aos quadros funcionais técnico – administrativos da CM de que dá relação a Informação da Sr. Presidente. A. Gabinete de Estudos Estratégicos. Além das participações em eventos, como o de Marrocos, chama-se a atenção para a elaboração de propostas e para a apresentação de várias candidaturas. A única dúvida que aqui reside para nós é compreender como está a ser feita a integração do anterior GEE com a nova estrutura. B. Gabinete de Qualidade.



Nota-se um espaço atento e organizado, com atividades diversas, com incidência na parte informática e de monitorização. A única dúvida que temos é saber o que deu origem à Auditoria interna da CM de Tavira. C. Suporte técnico e administrativo. É espantoso, numericamente, o trabalho deste sector interno da CM, na área do Atendimento. Na área específica do Atendimento, o valor global é de 16 300 atendimentos; na área do Espaço do Cidadão é de 1 010; e no Call Center, 1330 atendimentos. Valor final, neste período, 18 640 atendimentos... é obra! ... Sr. Vice-Presidente. D. Atividade técnico – jurídica. Dada a sua específica função, realçamos só a nova forma de informar os processos judiciais em curso, retirando-lhes a visão anterior de um implante externo. E. Atividade técnico – administrativa. Realçamos o trabalho feito na área da gestão dos Recursos Humanos e da utilização do SIADAP. Com agrado, ficámos a saber que está em curso a avaliação do impacto orçamental do processo de descongelamento e carreiras dos trabalhadores da Função Pública. Esta é uma questão fulcral para o membro do Grupo Independente. É tempo de recomeçar a repor a legitimidade laboral dos servidores do Estado, a começar pelos funcionários municipais e das freguesias. É também neste sentido que se insere a nossa opção de hoje na análise da Informação da Sra. Presidente. Quanto à “Formação”, reconhecemos que é uma das principais motivações desta área. Esperemos que, no futuro, se abram algumas janelas para a formação, em temas técnicos – administrativos, para os elementos políticos e de apoio da AM. Sobre o “Arquivo Municipal”, dada a sua localização diversificada, não ficamos com a ideia precisa do trabalho efetuado, pese embora a informação de 591 atendimentos na Porta da Vila e um Mapa síntese das restantes atividades de suporte. Falta-nos, aqui, a informação da situação do Projeto para o novo Arquivo Municipal e a perspetiva temporal para a sua execução. F.: Situação financeira do Município. Em suma e em resumo, a política de gestão financeira da atual governação mantém-se serena, não se vislumbrando a tentação eleitoral de delapidação rápida dos resultados acumulados dos exercícios anteriores. Esta é a conclusão que retirámos do atual saldo do exercício que, não incluindo o saldo transitado, apresenta um valor positivo de 3 233 mil euros. G. Urbanismo, licenciamento e fiscalização. Por norma, a informação deste sector prima pela síntese e pela clareza. Na “Aquisição de serviços, e bens e empreitadas,” uma das áreas da gestão municipal que deve ser essencialmente transparente, a informação da Sra. Presidente diz-nos que foram preparadas 22 ações, com inclusão dos respetivos valores e prazos. O valor total para essas ações, que incluem aquisição de serviços e empreitadas, contabiliza-se em 1 960 mil euros. Já no “Âmbito das Operações Urbanísticas” houve uma pequena acalmia, com exceção para os 192 Pedidos de registo de Alojamento Local. Não será tempo de a CM e a AM acertarem uma política de ordenamento para o Alojamento Local? Não seria a primeira Cidade a fazê-lo e não será a última. O Verão cujo solstício se deu há poucos dias, poderá ser um observatório eficaz para este fenómeno que pode alterar qualquer fisionomia urbana. No “Âmbito do licenciamento de Atividades” o que é mais notório são os pedidos para Ocupação do Espaço Público (170). Deve ser uma questão sazonal, o que não pode esconder a necessidade de, no solstício de inverno, a CM reinventar um novo ordenamento para a ocupação do espaço público cidadão.



Fl. 85v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

No “Âmbito da Fiscalização”, as diversas ações levadas a cabo totalizam o número de 902. Há zonas da atividade municipal que, mesmo sem colorido, não deixam de ser zonas. H. Ambiente e Serviços Urbanos. “Na Gestão e manutenção da rede de águas e esgotos”, além dos diversos serviços feitos nesta área, o volume de água aduzido ao sistema aumentou 4,7%. No que se refere às diversas tarefas levadas a cabo pelas equipas de manutenção, destaca-se neste período um aumento, na ordem dos 16,87%, que se deve ao reforço do número de funcionários efetuado em janeiro deste ano. “Equipa de deteção de fugas”. Tendo em conta a diferença entre a água “comprada” e a “vendida”, no que se refere ao período de janeiro a março, houve uma diminuição do valor relativo das perdas de água, o qual apresenta um valor de 2,79%. Nos “Serviços de Oficinas” promoveu-se a execução de obras nas valências de conservação, manutenção e reabilitação do património municipal edificado, rede viária e espaços públicos. Na “Unidade técnico – ambiental” temos um conjunto de ações que somam mais de 320, excluindo as ações relativas ao Canil / Gatil. I. Educação, Comunicação, Cultura e Ação Social. Esta é uma área a que o membro do Grupo Independente é muito sensível. Felizmente, em todas as Informações da Sra. Presidente é um dos capítulos que melhor espelha a realidade político-social da CM. Começa pelo serviço de “Secretariado”, entramos, de seguida, no âmbito da “Unidade técnica de Comunicação, Cultura e Turismo”, passando pelo “Serviço de Dinamização Cultural e Turística” (Centro Cultural, Serviço de Biblioteca e Polos, Serviço de Património Histórico e Museológico, Posto Municipal de Turismo), continuando, depois, pelo Serviço de Comunicação (Relações Públicas e Protocolo, Audiovisuais, Área de Acompanhamento de OCS, Conceção e Produção Gráfica). Na “Unidade Técnica de Educação, Juventude e Desporto”, deparamos com o Serviço de Juventude e Desporto, seguido do Serviço de Educação. Estas são zonas de especial atenção para a AM, uma vez que engloba, além do Ensino a área inesgotável da Juventude, em cuja Comissão Municipal a AM tem representantes seus. Por fim, a complexa “Unidade Técnica de Habitação e Ação Social”, com um conjunto de ações que os Mapas constantes da Informação da Sra. Presidente solidamente explicitam. Este é um sector específico que exige uma atuação também específica, uma vez que implica com direitos que os cidadãos legitimamente reclamam e a que o Estado e a Autarquia estão obrigados. Esta questão dos direitos dos cidadãos, em todos os serviços municipais, não deve ser vista como mera orientação, mas, como verdadeira obrigação em que o pecado de omissão dos poderes públicos não deve ser permitido. Da nossa parte, como acima dissemos, dificilmente caberia nesta análise uma análise satisfatória da dimensão social, cultural e política desta vertente da gestão municipal. O mais interessante do nosso ponto de vista é que, desde a primeira Informação municipal, esta área informativa não sofreu quebras; antes, pelo contrário, foi consolidando as posições adquiridas e absorvendo, aos poucos, doses maiores de fármacos políticos. Sr. Vice-Presidente da CM, esta foi a nossa opção para falar do seu Documento nesta sessão: visitar, por zona, o perímetro municipal a que, por norma, se designa de lugar da burocracia. E vamos agora justificar a opção. Com este tipo de visita quisemos prestar homenagem a todos os funcionários municipais e à sua dedicação à causa pública. Nem sempre



bem compreendidos pelas populações, mas sempre objeto de troikas ou decretos que lhes cortam vencimentos e lhes postergam direitos, o membro do Grupo Independente, no fim do mandato, não pode deixar de enviar a todos os técnicos, funcionários e trabalhadores municipais uma mensagem com reconhecimento do seu mérito. Porque, o serviço / trabalho que fazem em prol da Cidade e dos seus cidadãos é dos serviços mais dignos e prestigiados do mundo laboral. Durante algum tempo, nesta Assembleia, acusámos a Informação da Sra. Presidente de ser mais burocrática e menos política. Aos poucos, foram feitas alterações, o que reajustou em muito a nossa opinião. Com o decorrer do tempo fomos anotando o quanto a intervenção política se começou a ver espelhada nos textos em todas as áreas funcionais da CM. Quando falávamos em burocracia, por norma, víamos só um lado da moeda; no outro lado, porém, estava o funcionário municipal que passava esquecido, como se tratasse de um estranho, ou quase mesmo de um adversário político. Por isso, neste momento, não seria justo da nossa parte se não fizéssemos um percurso analítico que mitigasse as críticas anteriores. Conhecemos, desde há muitos anos, técnicos, funcionários e trabalhadores municipais que se honram a si próprio e ao Município nas funções e missões que exercem e que são mais-valia ética e profissional para a nossa comunidade. A burocratização dos serviços é uma variável racional que está implícita no ADN do funcionário público e na sua diferenciação com o funcionário privado. Pela ordem da natureza política, sempre que o poder político cede, o espaço cedido é ocupado pelo espaço burocrático. E assim se mantêm rotinas que se, algumas vezes, fazem rodar a máquina administrativa, outras vezes, porém, a podem emperrar. Por isso, a boa saúde da gestão municipal é fomentar a cumplicidade entre a responsabilidade política e a responsabilidade administrativa e técnica. O que nos parece que, ao fim de quatro anos de análise da sua Informação, Sra. Presidente, essa cumplicidade está hoje mais próxima que ontem. E foi assim, em nome de uma das partes dessa cúmplice inter-relação municipal, que optámos por fazer a análise de hoje do da Informação da Sra. Presidente. “O que os nossos concidadãos, sobretudo os mais fracos, esperam dos serviços municipais é poder contar com eles com toda a confiança e com todo o desinteresse. Confiança e desinteresse, duas certezas que implicam, o que se espera do funcionário de hoje e de amanhã, uma vez que serão essas duas certezas que darão sentido a um serviço público, exemplarmente profissional e deontológico”. (Marcel Pochard, em “As 100 palavras da função pública”). Para encerrar a análise desta visita, o membro do Grupo Independente recomenda que, em Outubro, durante a celebração das Festas do Município, não esqueça a CM, nem a AM, de incluir nos seus homenageados um funcionário municipal, escolhido entre os muitos que há no Município dignos dessa honra, estabelecendo essa tradição para os anos futuros. Permita-me, agora, Sr. Vice-Presidente, um parêntesis pessoal. Nestes quatro anos de mandato, a minha consciência política só teve um azimute como orientação: a defesa dos interesses dos nossos concidadãos. Por vezes, ou, por desconhecimento administrativo e técnico, ou por ordem de interesse público, essa defesa terá colidido com sensibilidades pessoais, sobretudo na área técnico – administrativa da CM. Contudo, quero aqui deixar o testemunho público de que



Fl. 86v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

nunca, nessas ocasiões, me moveu qualquer razão pessoal ou qualquer motivação estranha ao meu dever de eleito municipal. “-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) (2.^a Secretária) perguntou qual o investimento que a Câmara Municipal fez relativamente à Mata de Barão de São João e a nível regional na preservação do património natural e na proteção de populações. Solicitou informação relativamente à lavagem das ruas do Centro Histórico. Perguntou se as obras da Escola Sofia de Mello Breyner estavam concluídas e se o sombreamento das escolas básicas era uma competência da Autarquia ou da Junta de Freguesia. Em relação aos equipamentos culturais, perguntou se os mesmos iriam manter o horário de Inverno no período de Verão e se a Biblioteca Municipal encerrava no mês de agosto. Perguntou se iria verificar-se alteração no horário de funcionamento das casas de banho públicas localizadas no Centro Histórico e se as casas de banho públicas situadas na Ponta da Piedade iam sofrer alguma intervenção. Disse que os cavalos que são utilizados pelas comunidades ciganas que passam por Lagos têm aspeto de subnutridos pelo que perguntou se a Autarquia quando tem conhecimento de situações do género tem poder de atuação.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que Portugal tem sido beneficiado pelo terrorismo islâmico pelo que Portugal tem sido recebedor daqueles que costumam investir em países do outro lado do Mediterrâneo, o que fez com que Portugal passasse a estar na “moda”. Referiu que apesar do mencionado, existe terrorismo em Portugal, pois considera os incêndios florais como tal, sendo que isso dá imagem de que Portugal não é um País seguro, pelo que investir na área dos incêndios era prioritário e essencial para que o investimento estrangeiro continuasse a proliferar em Portugal.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) perguntou se os manuais escolares para o ano letivo de 2017/2018 eram para emprestar ou oferecer aos alunos e se as obras da EN125 iam terminar a 30 de junho de 2017, uma vez que existia a informação de que a estrada em Odiáxere só iria ser pavimentada em outubro.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou se exista novidades em relação à obra da nova entrada da Escola Secundária Júlio Dantas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a requalificação da estrada para a Praia da Luz tem o seu processo em curso, havendo a intenção da mesma ser alargada e contemplada com uma ciclovia. Sobre a obra para o restaurante que dá apoio à praia da Luz, disse que a Câmara Municipal tinha suspenso a obra, na sequência de um litígio entre a APA e o dono do restaurante. Sobre o alargamento da área concessionada da praia da Luz disse que a Câmara Municipal tinha mostrado a sua estranheza pelo facto junto das autoridades responsáveis, tendo as mesmas informado que iriam agir para que fosse reduzido o espaço concessionado. Sobre o orçamento participativo de 2016 e 2017, disse que os projetos vencedores em 2016 estavam a avançar e os de 2017 estavam a ser estudados no sentido de avançarem. Em relação às reclamações sobre a limpeza urbana, disse que a Câmara Municipal tem estado a trabalhar no sentido de prestar o melhor serviço possível, nesta área. Relativamente às rotundas existentes no Concelho, disse que muitas das que estão em mau estado de conservação não



pertencem à Câmara Municipal. Disse que a estrada da Meia Praia só iria estar em condições quando for possível fazer uma intervenção de fundo na mesma, no entanto sempre que necessário eram realizadas pequenas intervenções. Disse que um Campeonato Europeu de Patinagem de Velocidade tem que decorrer em espaços diferentes e não apenas num único. Em relação à nova vedação do terreno entre a praia do Camilo e da D. Ana, disse que apesar da Câmara Municipal não concordar com a mesma, nada pode fazer uma vez que se trata de um terreno privado. Ainda sobre este assunto, acrescentou que a segunda fase dos passadiços da Ponta da Piedade, poderá vir a regularizar esta situação. Sobre o reforço de equipas hospitalares, disse que tal não dependia da Câmara Municipal, apesar de esta solicitar tal reforço junto das entidades com competência sobre o assunto. Disse que o espaço ocupado pelo Hotel São Cristóvão tem previsto uma intervenção. Sobre o hotel Golfinho disse que a Câmara Municipal reuniu diversas vezes com o proprietário no sentido do espaço ser intervencionado. Em relação às torres da Ponta da Piedade, conhecidas como Torres da Torralta, disse que se tratava de uma situação que se arrastava ao longo do tempo e que era desejo da Câmara Municipal ver a situação resolvida, por parte do proprietário. Informou que as obras do Bairro Operário estavam orçamentadas em cerca de oitocentos mil euros. Disse que as zonas do Canavial e da Atalaia não eram pavimentadas havia muitos anos e por isso estavam, ou iam ser intervencionadas, assim como iam sofrer intervenções a estrada da Luz para Burgau e a zona da NECI, do Colégio de São Gonçalo do Monte Lemos e junto ao Aeródromo Municipal. Disse que o parque de estacionamento conhecido como o do Raminhos, é um parque provisório, pelo que nunca será feito um grande investimento no local, uma vez que está a ser preparado um concurso de ideias para reabilitar a última fase do Anel Verde, onde o referido parque está inserido. Disse concordar com os considerandos feitos pelo Sr. José Alberto Baptista, na sua intervenção.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que aproveitamentos políticos retirados de catástrofes, nunca davam bom resultado, pelo considerou infeliz a comparação feita entre a estrada nacional 236-1 e a 125, considerando as duas como estradas da morte, uma vez que as situações que levaram às mortes nas referidas estradas nada tinham de comum. Informou que as ruas do Centro Histórico têm sido lavadas conforme o previsto. Disse que as intervenções relacionadas com desbaratizações e desratizações têm sido realizadas. Sobre a recolha de recicláveis disse que a Algar não consegue dar resposta às necessidades. Disse que a cidade está preparada para recolher RSU's doméstico e o que estava a verificar era que existiam zonas da cidade que estavam a ser sobrecarregadas com RSU's industriais, o que prova que falta resposta por parte da empresa que faz recolha junto dos restaurantes e dos alojamentos. Informou que a recolha de RSU's, por parte da Câmara Municipal, tem sido reforçada. Disse que a Mata de Barão de São João é uma mata nacional pelo que o ICNF é que tem responsabilidade sobre a mesma, apesar da Câmara Municipal estar atenta à mesma e até fazer algumas intervenções na mesma. Informou que as casas de banho existentes na Ponta da Piedade estavam concessionadas. Sobre os cavalos que possam circular nas vias



Fl. 87v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

públicas, disse que quando alguém detete que algum esteja subnutrido deve comunicar tal facto às autoridades. Em relação aos incêndios florestais serem o “terrorismo” existente em Portugal, disse que os incêndios florestais de grandes dimensões acontecem um pouco por todo o Mundo.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Sara Coelho, disse que estava a ser dada início ao processo de aquisição de serviços com vista à revisão da Carta Educativa. Sobre os pedidos de habitação disse que todos os meses estavam a entra pedidos nos Serviços da Câmara Municipal, estando a Autarquia ciente do problema e a estudar soluções para o problema. Informou que a escola Sofia de Mello Breyner teria as obras concluídas a tempo de abrir no início do próximo ano letivo. Sobre o programa Viver o Verão disse que o número de inscritos foi superior às vagas existentes. Disse que o aumento em duzentos por cento no atendimento psicológico deve-se ao facto de passar a ser possível dar resposta às pessoas que estavam em lista de espera, derivado a um protocolo celebrado que disponibilizou um psicólogo para a Câmara Municipal. Disse que as auditorias internas, nas Câmaras Municipais do Algarve são partilhadas por isso a Câmara de Lagos faz auditorias com auditores de outras Câmaras Municipais. Sobre os sombreamentos das escolas básicas, disse que o mesmo era uma competência das Câmaras Municipais. Sobre o alargamento de horário dos equipamentos culturais, disse que estava equacionado avançar com o alargamento em julho e agosto no período da tarde. Disse que a Biblioteca Municipal não iria encerrar no mês de agosto. Disse que o País e Lagos estavam a beneficiar de uma almofada financeira, mas não só por ausência de atos de terrorismo, mas também porque estão na moda por uma série de fatores. Informou que os manuais escolares, no próximo ano letivo, ficavam sobre a gestão das escolas. Sobre a nova entrada da Escola Secundária Júlio Dantas, disse que o Tribunal de Contas já tinha dado luz verde para que a Parque Escolar avançasse com a mesma, tratando a Câmara Municipal do embelezamento da zona envolvente.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que a preocupação com a Mata de Barão de São João era transversal a todos. Informou que a Junta de Freguesia tem reunido com o ICNF no sentido de sensibilizar esta entidade para a prevenção de incêndios e controlo de frequentadores do espaço.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que a pavimentação da EN125, dentro da Vila de Odiáxere, ia ser feita até ao fim de junho.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 29 de junho de 2017, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 88

Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 7 minutos, da madrugada do dia 27 de junho de 2017, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....
